

Orçamento Participativo Portugal tornou-se o segundo país na Europa, a seguir à Polónia, com a maior proporção de câmaras municipais onde parte do investimento público é votada pelos cidadãos

Você decide

Portugueses já decidiram €40 milhões em projetos

Texto **MICHAEL PEREIRA**
Foto **JOSÉ VENTURA**

Foram persistentes. Tinham perdido no ano passado, mas desta vez não encararam a coisa de ânimo leve. A festa de lançamento em Lisboa, a 20 de setembro, teve 800 pessoas a beber copos viradas para o assunto da campanha: o Jardim Botânico. Bateram à porta de empresários e comerciantes vizinhos para obterem apoios, distribuíram flyers nas ruas e durante um mês não abrandaram. Montaram feiras e atividades, uma por semana, no jardim, com nomes a apelar ao coração, o Jardim da Celeste, a Loja do Mestre André, Queriam ganhar.

No fim, na semana passada, com apenas 700 euros gastos, tiveram 7553 votos, deixando a uma grande distância o segundo classificado, que não chegou aos 1400. João Pedro Sousa Dias, diretor do Museu Nacional de História Natural, onde fica o jardim de quatro hectares, numa das áreas mais cobçadas para viver na cidade, entre o Príncipe Real e a Praça da Alegria, ri-se olhando para trás: "Recorreu que foi um bom investimento."

Em troca dos 700 euros e do envolvimento ativo na angariação de votos de quase 100 funcionários, voluntários e bolséis de investigação, o museu tem agora uma verba de 500 mil euros para que a câmara municipal execute a proposta que levaram ao concurso do orçamento participativo de Lisboa: devolver o jardim à cidade, tornando-o um local de mais passagens e maiores paragens. Esplanadas, caminhos recuperados e condições de segurança para manter aberto o antigo portão que dá acesso à Praça da Alegria, quando

agora está sempre fechado. "Com as dificuldades financeiras que enfrentamos, seria impossível de outro modo."

Sem serem um fenómeno de massas, os orçamentos participativos (OP) estão a tornar-se soluções viáveis em Portugal para quem não encontra na gestão autárquica tradicional uma resposta para aquilo que gostava de ver feito. Até agora, os portugueses já votaram diretamente 40 milhões de euros de obras e serviços públicos, de acordo com estimativas do Orçamento Participativo Portugal, um projeto financiado pela União Europeia que acompanha, apoia e dá formação a técnicos e políticos em iniciativas do género.

Em Lisboa, com um bolo de 2,5 milhões de euros para distribuir neste formato, houve este ano 214 propostas a lutar para estar na lista de 15 vencedores e um total de 35 mil votos (se bem que, com a introdução do voto por SMS, do voto em projetos grandes e do em voto projetos pequenos, no limite uma pessoa podia votar seis vezes). No início, na primeira edi-

ção, em 2008, houve apenas 1101 votos. E na altura o investimento disponibilizado para o orçamento participativo era o dobro: cinco milhões de euros.

Cascais, que se estreeou no OP em 2011 e lhe dedica também 2,5 milhões de euros anualmente, teve 23 mil votos no ano passado (este ano a votação está prevista para dezembro), sendo que só é possível fazê-lo por SMS. As pessoas estão a aderir.

Sugerir não, decidir sim

Ao todo, há atualmente em Portugal 12 autarquias (10 câmaras e duas juntas de freguesias) com orçamentos participativos deliberativos, em que os municípios fazem propostas para obras ou serviços e decidem através do voto quais deles irão ser concretizados. Além de Lisboa e Cascais, há orçamentos abertos aos cidadãos em Guimarães, Odemira, Trofa, Condeixa-a-Nova, Vila Franca de Xira, Aveiro, Vila Nova de Famalicão e Alfândega da Fé. Eram mais até há poucos meses, mas as eleições vieram criar mudanças e suspensões de programas nos executivos. Para o ano Ponta Delgada, nos Açores, vai juntar-se à lista e o Funchal, na Madeira, poderá seguir-se em breve.

Desde 2003 que existem experiências do género no país, com uma estrela em Palmela, mas só em 2006 surgiram casos de decisões votadas pela população, o primeiro deles em Sesimbra. Antes disso, as pessoas limitavam-se a fazer sugestões. "Continua a haver autarquias em que os cidadãos participam nos orçamentos apenas de forma consultiva, o que não é tão interessante", diz Nelson Dias, presidente da Associação In Loco e fundador em 2004 do Orçamento Participativo Portugal, depois de ter ido fazer investigação, em 1999, para Porto Alegre, no Brasil, cidade onde o fenómeno nasceu.

O que o tempo tem mostrado, segundo Nelson Dias, é que quando as pessoas se limitam a sugerir ideias as coisas correm mal. "Os autarcas acham que assim correm poucos riscos políticos, porque continuam a ser eles a decidir, mas não é o que acaba por acontecer. Quando as pessoas percebem que o seu esforço em participar não se justifica, porque não há resultados, desligam-se. E o que acontece também nos processos de consulta pública, que são muito pouco participados porque não conseguem contornar a desconfiança da população em relação à classe política."

A não ser que dê para decidir. Na Europa, e em pouco tempo, Portugal tornou-se o país onde há a maior proporção de câmaras municipais com orçamentos participativos, a seguir à Polónia, revela o italiano Giovanni Alegritti, investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra que estuda o assunto há 15 anos e tem trabalhado com Nelson Dias para ajudar na formação de técnicos das autarquias, ao mesmo tempo que

está a concluir um levantamento académico que compara as experiências que têm sido desenvolvidas no país, o OPtar.

Lisboa é vista por Alegritti como uma experiência decisiva, porque quando começou, em 2008, "abriu as portas para que outros viessem atrás" e, por isso, "é muito importante que corra bem".

O investigador diz que, para isso, é preciso garantir o máximo de transparência em todo o processo e envolver mais os cidadãos logo a partir da fase de apresentação de propostas, apontando como exemplo o caminho que está a ser seguido em Cascais, onde, em vez de as propostas serem absolutamente livres, bastando mandar um e-mail, é obrigatório que os cidadãos participem em sessões onde só algumas ideias passam, por consenso, à fase de votos. "Evitam-se redundâncias", justifica o italiano, baseando-se nos resultados dos inquéritos do OPtar. "Em Cascais o grau de satisfação está acima da média, ao contrário de Lisboa."

A vereadora responsável pelo OP em Lisboa admite que há desafios pela frente. "Queremos trabalhar mais o sentido de comunidade", diz Graça Fonseca. "E queremos também envolver mais os autores das propostas na sua execução, para que as sintam suas e possam dizer que foram eles que as fizeram." Hoje, já há um pouco de tudo. Marta Fernandes, autora da proposta para revitalizar uma rua em Sete Rios, falhou a cerimónia do anúncio dos vencedores, e não está à espera de participar muito mais. Nuno van Uden, bisneto do rei D. Miguel, tem outra forma de ver as coisas. A estátua de Nuno Álvares Pereira que propôs à cidade vai ser tudo "menos uma dessas coisas abstratas" e chamou a si alguma responsabilidade. Vai pedir ideias a alguns escultores. "E depois vemos isso com a Câmara."

mperreira@expresso.imprensa.pt



"QUEREMOS ENVOLVER MAIS OS AUTORES DAS PROPOSTAS NA SUA EXECUÇÃO, PARA QUE AS SINTAM SUAS", DIZ GRAÇA FONSECA, VEREADORA DE LISBOA

"QUANDO AS PESSOAS PERCEBEM QUE O SEU ESFORÇO EM PARTICIPAR NÃO SE JUSTIFICA, DESLIGAM-SE", DIZ O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO IN LOCO

O grande vencedor do orçamento participativo deste ano em Lisboa, o jardim botânico do Museu Nacional de História Natural

Uma em cada quatro pessoas que votam nos orçamentos participativos não vota em eleições

CONTRASTE De acordo com um estudo que está ser concluído pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra — o OPtar — e coordenado pelo investigador italiano Giovanni Alegrètti, 25,6% dos portugueses que votam em orçamentos participativos de autarquias não costumam participar em eleições locais ou legislativas. “É um sinal da erosão da confiança dos cidadãos nos políticos”, diz Alegrètti.

50

bolsas de estudo universitário de €1000 cada para o ano letivo 2014/15 — apenas para alunos com maior dificuldades em pagar as propinas — foram uma das propostas aprovadas pela população este ano no orçamento participativo (OP) de Condeixa (distrito de Coimbra). O novo presidente da Câmara decidiu aumentar o OP em 2014 de €250 mil para €300 mil

Propostas de Cascais escolhidas até janeiro

SMS Entre 2 de dezembro e 5 de janeiro, os municípios de Cascais vão poder votar nas suas propostas favoritas para o concelho e que estão para consulta no site da câmara. A lista de 23 ideias inclui hortas comunitárias no Bairro Novo do Pinhal, em São João do Estoril, e a recuperação de espaços públicos, como o forte da Nossa Senhora da Guia ou os espaços exteriores de algumas escolas básicas de São Domingos de Rana. Cascais tem um orçamento participativo de €2,5 milhões, igual a Lisboa.

“A ÚNICA COISA QUE FIZ FOI ESPREITAR PELA JANELA PARA AS TRASEIRAS DA MINHA CASA E ESCREVER DEPOIS UM E-MAIL. NEM CHEGUEI A FALAR COM OS VIZINHOS”

MARTA SANTOS FERNANDES

Gestora, 32 anos, autora da proposta para a reabilitação da Rua Eduardo Malta, em Sete Rios, que recebeu 1090 votos no orçamento participativo de 2013 da Câmara de Lisboa e terá 150 mil euros para transformar dois descampados num jardim

Rebanho comunitário e internet para todos

ALDEIA Em Monção, no Minho, a junta da freguesia rural de Sá teve um orçamento participativo a funcionar nos últimos três anos. O sucesso da iniciativa levou a autarquia a aumentar a verba — de €20 mil para €75 mil — de 2011 para 2012. Os 200 habitantes elegeram nessa altura, entre as ideias que foram a votos, a criação de um rebanho comunitário de ovelhas e a instalação de uma rede de internet sem fios na aldeia. Em 166 propostas apresentadas nesse ano pela população foram aprovadas 56.

19,2

euros por habitante foi quanto a Câmara de Odemira investiu em 2012, tendo por base o orçamento participativo votado pelos municípios, de acordo com um estudo de Nelson Dias, do projeto Orçamento Participativo Portugal. Proporcionalmente, foi muito mais do que Cascais (€12,1), Amadora (€5,7) ou Lisboa (€4,6). Em termos absolutos, Odemira investiu €500 mil no voto direto



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O QUE É O orçamento participativo é um mecanismo anual montado por autarquias para que os cidadãos tenham uma palavra a dizer sobre onde os políticos gastam o erário público. Há dois géneros de orçamento participativo: os consultivos, em que as pessoas limitam-se a apresentar propostas de projetos locais, mas são os autarcas que decidem; e os deliberativos, em que as propostas são apresentadas e votadas pelos cidadãos. Vão para a frente as ideias que têm mais votos do público.

45

Câmaras municipais em Portugal já tiveram ou ainda têm orçamentos participativos

ONDE NASCEU O primeiro orçamento participativo do mundo foi criado em 1989 em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, e sede do Fórum Social Mundial. Tendo acontecido durante o mandato de um autarca do PT, o Partido Trabalhista, a experiência tornou-se possível depois de a Constituição brasileira ter mudado no ano anterior, para permitir a participação dos cidadãos na definição de políticas públicas. Atualmente, há 300 municípios no Brasil com orçamentos participativos. E 3000 em todo o mundo.

100%

Porcentagem do orçamento total do município de Mundo Novo, no Brasil, que foi decidido, durante alguns anos, por votos diretos dos 20 mil habitantes, incluindo o salário do presidente da câmara

Um ano bom para estátuas

Um jovem arquiteto obteve votos para uma estátua a um fundador do Benfica. E o bisneto de um rei conseguiu outra para Nun'Álvares

Pela primeira vez desde que, em 2008, a Câmara de Lisboa arrancou com a iniciativa do orçamento participativo (OP), houve este ano duas estátuas na lista de vencedores. Agora vão ter de ser construídas pelo executivo e irão custar centenas de milhares de euros: uma dedicada a Cosme Damião e outra a Nuno Álvares Pereira. A vereadora responsável pelo OP, Graça Fonseca, admite que “há propostas que agradam mais à câmara do que outras” e que as estátuas não estão incluídas nesse rol: “Mas para não haver dúvidas sobre as propostas que podem ser aceites ou não, os critérios foram definidos de forma simples. Só ficam de fora as obras ou os serviços que não são da competência da autarquia.”

Com um custo estimado em 50 mil euros, a estátua de Cosme Damião, ainda sem local definido, foi proposta por um arquiteto de 27 anos, Vasco Sá Fernandes (não é familiar do vereador José Sá Fernandes) e levantou polémica, com

reações públicas de alguns sportinguistas e portistas, por se tratar de um dos fundadores do Benfica. “Foi um mal-entendido. Cosme Damião foi mais do que um benfiquista, foi um grande desportista. Deu uma contribuição importante, por exemplo, para o desenvolvimento do hóquei em Portugal”, explica Sá Fernandes.

Mais discreta, mas mais cara, dentro do limite dos 150 mil euros da categoria de projetos mais pequenos do OP, a estátua de Nuno Álvares Pereira, o Santo Condestável, foi apresentada a concurso por Nuno van Uden, monárquico e bisneto do rei D. Miguel, que está associado a um grupo de outras figuras, incluindo o ex-reitor da Católica Braga da Cruz ou o último governador de Macau, Rocha Vieira. “A ideia é muito antiga”, conta van Uden. “Em 1953 a câmara mandou erguer uma estátua no Parque Eduardo VII, onde está hoje aquela escultura meio bizarra do José Cutileiro. Mas Salazar quis que a estátua fosse para a Batalha.” Agora, a ideia é erguer a futura estátua na avenida da Torre de Belém, local de onde Nuno Álvares partiu para a sua última batalha, a conquista de Ceuta, em 1415.



ITÁLIA Grotto, uma localidade turística na costa do Mar Adriático, e com apenas 15 mil habitantes, é considerada a Porto Alegre da Europa. Há 19 anos que mantém um formato muito próprio do conceito de orçamento participativo, levado ao extremo, através de reuniões à quarta-feira, abertas a todos os cidadãos, em que são decididos os assuntos correntes e os investimentos da autarquia.

“COSTUMO LEVAR A BICICLETA AO OMBRO PARA O TRABALHO E LEMBREI-ME: PORQUE NÃO PÔR UMAS CALHAS NAS ESCADINHAS DO DUQUE?”

DAVID VALE

Arquiteto, 40 anos, cuja proposta para a Câmara de Lisboa adaptar 30 escadas nas ruas da cidade (passando só a empurrar a bicicleta) obteve 747 votos

Nova Iorque triplicou verba em três anos

EUA Começou com três milhões de euros em 2011 e agora já vai em nove milhões, sensivelmente um milhão por cada bairro que aderiu entretanto ao orçamento participativo. Nova Iorque foi a segunda cidade nos Estados Unidos a adotar este modelo de como decidir gastar as verbas públicas, depois de um bairro em Chicago ter feito a experiência, em 2009. Por enquanto só são aceites propostas para infraestruturas, como escolas, parques ou bibliotecas.